

# NOVA ÁGORA

Revista do Nova *Ágora* - Centro de Formação de Associação de Escolas

"É preciso  
uma aldeia  
inteira para  
Educar  
uma criança"

diz o  
provérbio  
africano.

EJa pensava  
sobre estas  
palavras  
e tentava  
compreender  
o que queriam  
dizer.



Número 4 | setembro » 2014

 novaágora

Dossiê Temático **ESCOLA E COMUNIDADE**



# Índice

## EDITORIAL

Henriqueta Oliveira/Redação 3-4

### DOSSIÉ: ESCOLA E COMUNIDADE

*“Descentralização”, “municipalização” ou desregulação da Educação?  
Projeto Educativo Local: os docentes como atores no território  
Cidade Educadora*

António A. Neto-Mendes 7-10  
Patrícia Figueiredo e António Rochette 11-14  
Maria Judite Álvares 15-16

### Agrupamento de Escolas de Miranda do Corvo

*Escola e Comunidade – Equação impossível?  
Escola e Comunidade  
Indisciplina em sala de aula*

José Manuel Simões 17-18  
Rosário Pimentel 19  
Carla Adriana Girão 20-21

### Agrupamento de Escolas da Lousã

*A Escola no contexto europeu de aprendizagem  
A Interculturalidade no ambiente escolar - o caso da Lousã - Flix*

Cristina Silva 22-24  
Rodrigues, M.D.M.; Silva, C.; Jaqueira, A.R.F.; Araújo, P.C. 25-27

### Agrupamento de Escolas de Soure

*O Agrupamento de Escolas de Soure e a comunidade*

Luísa Isabel Pereirinha 28-29

### Agrupamento de Escolas Coimbra Centro

*Ouvir vozes do silêncio na escola  
A Matemática e a arte*

Manuela Carvalho 30-32  
Cristina Ferrão 33

## OUTROS PROJETOS

*Dez anos da Mostra de Teatro Escolar de Coimbra – um balanço  
Teatro escolar e comunidade educativa: a vida do palco e o palco da vida  
A paz e os direitos humanos já não são o que eram. Desafios para a educação  
Ciências e Cidadania nas Escolas Abertas ao Mundo  
Que lugar para a Educação Estética na Escola*

Ilda Rodrigues, João Janicas e José Vieira Lourenço 34-36  
João Maria André 37-39  
José Manuel Pureza 41-44  
M<sup>ª</sup> Arminda Pedrosa 45-50  
António Pedro Pita 51-55

*Nota sobre a ilustradora Ana Biscaia*

56

## FORMAÇÃO CONTÍNUA

*Educação Estética e Artística no 1.º Ciclo do Ensino Básico  
Construir uma cultura de paz e de cidadania  
no Agrupamento de Escolas Coimbra Deste  
Utilização de Heurísticas na disciplina de Matemática - Ferramentas  
para Resolução de Problemas  
Bibliotecas em (re)construção permanente (1.ª parte)  
Estudo do impacto. Plano de Formação em Educação Especial nas  
escolas do Nova Ágora – CFAE em 2012-2013  
CEDEFOP Study Visit em Coimbra: Continuous teacher training  
– strategy to improve education quality*

Raquel Filipa Mateus, Maria Helena Damião e Maria Isabel Festas 57-60  
Graça Carvalho 61-63

Nuno Rodrigues, Alexander Kovacec e Ana Cristina Almeida 64-67

Célia Mafalda Oliveira 68-71  
Sara Cravo e Maria Helena Damião 72-74

Graça Tindade e Madalena Relvão 75-76

*Um novo paradigma para a formação contínua dos profissionais de educação?*

João Paulo Janicas 77-78

# A paz e os direitos humanos já não são o que eram. Desafios para a educação <sup>1</sup>

► José Manuel Pureza (\*)

O meu caderno de encargos é muito difícil, porque foi-me pedido que fizesse convosco uma reflexão sobre educação e cidadania. Este é um terreno muito resvaladigo que se presta a todos os equívocos e que tem, desde logo, um risco extraordinário que é o de a expressão “educação para a cidadania” incluir três palavras, de facto, muito traiçoeiras. “Educar”, “para” e “cidadania” são três palavras que podem suscitar enormes problemas.

Queria começar por apresentar um texto<sup>2</sup>, do qual destaco alguns pontos que creio que merecem uma reflexão em torno da educação para a cidadania.

A primeira frase é muito perturbadora – “Sobrevivemos à guerra – sobreviveremos à paz” – e coloca-nos um problema muito sério que é, justamente, o de saber se estamos a lidar com categorias que sejam realmente opostas ou se têm mais continuidade do que diferença. E, a meu ver, essa reflexão é decisiva para falarmos sobre educação e cidadania, uma vez que a questão da paz, dos direitos humanos, da justiça e do desenvolvimento são centrais. Assim, penso que todos nós aqui facilmente chegamos ao consenso de que o coração desta reflexão sobre educação e cidadania está claramente na relação entre educação, direitos humanos, paz, justiça e desenvolvimento. E por isso é que esta frase é tão perturbadora. Coloca no centro da nossa atenção a questão “para que é que educamos quando educamos para a paz?”. De facto, não educamos para a guerra. Mas a verdade é que há pazes às quais nós podemos eventualmente sobreviver e pouco mais, de tão aterradoras que são.

Há um pequeno momento de texto em que se utiliza uma expressão “as verdades mentirosas”. É uma expressão que condensa em duas palavras a essência de um pensamento crítico. É olhar para as verdades estabelecidas e denunciar o que nelas há de falsidade, de perversão, de mentira, no sentido de falta de cumprimento da promessa que as verdades ditas trazem consigo.



Educar para a cidadania é educar para os direitos e para a paz? O que significa concretamente educar para os direitos? E o que significa concretamente educar para a paz? Tendo cada vez mais a pensar que educar para a cidadania só faz sentido como tarefa de educar para a instabilidade transformadora. Portanto, seja qual for o foco que nós coloquemos diante dos nossos olhos quando falamos da relação entre educação e cidadania, a única forma fecunda de conceber e de praticar isso a que chamamos educação para a cidadania é a de formar capacidades, em nós e nos outros, para uma relação enriquecedora com uma instabilidade que transforma. Se a educação para a cidadania não for isto é um embuste completo. E eu temo, pela minha própria experiência, que a educação para a cidadania seja entendida como outra coisa completamente diferente –educar para uma certa forma de estabilidade e para a ordem dominante (tida como consensual em cada momento).

Todos nós sabemos o pico de importância que atingiu a educação para a cidadania nas políticas educativas em escala europeia, como tarefa das organizações europeias, dos estados europeus, etc. Essa ênfase ganhou corpo, sobretudo, diante de dois fenómenos que se cruzaram na história europeia recente. O primeiro foi o fim da Guerra Fria e, portanto, a transformação social, ideológica, política e económica que ocorreu a leste.

*Tendo cada vez mais a pensar que educar para a cidadania só faz sentido como tarefa de educar para a instabilidade transformadora.*

<sup>1</sup>Transcrição da comunicação apresentada, no dia 2 de julho de 2013, no âmbito do Ciclo de conferências ESFERAS DA EDUCAÇÃO – OLHARES PLURAIS, promovida pelos centros de formação de associação de escolas Nova Ágora e Minerva para assinalar os 20 anos dos CFAE.

<sup>2</sup>“Sobrevivemos à guerra – sobreviveremos à paz”, texto poético de Ryszard Krynicki, lido pelo ator José Castela, da Bonifrates.

*Educar para a cidadania é algo necessariamente transgressor. É criar capacidades para uma transgressão que seja crítica e que seja sedenta de uma alternativa justa.*

Porém, ao mesmo tempo, essa preocupação pela educação para a cidadania foi tornada prioritária nas políticas educativas oficiais dos estados da União Europeia e do Conselho da Europa, quando estes países entraram numa espiral de susto por causa da anomia social, da apatia, da indiferença, da abstenção, do crescimento da extrema-direita, etc. Ora, estas duas tendências associaram-se, numa perspectiva de apologia de uma ordem democrática padrão. Eis pois o risco: educação para a cidadania antes da transformação era uma coisa e, depois da transformação, passou a ser a mesma coisa mas com uma "tinta" diferente.

Estes dois discursos, cada um à sua maneira, são o oposto daquilo que me parece ser central na relação fecunda entre educação e cidadania. A questão essencial é: o que é formar cidadãos? É formar pessoas que conhecem as regras de trânsito e que, conseqüentemente, sabem que têm que ir por um lado e não podem ir pelo outro? É formar pessoas que, no espaço público pessoal, se comportam corretamente? É formar pessoas que sabem as regras de uma assembleia democrática e, portanto, não falam todas de uma vez? É isso, evidentemente. Mas o problema é que não é isso, essencialmente. Criar capacidades de exercício da cidadania é outra coisa completamente diferente. Na verdade, educar para a cidadania é algo necessariamente transgressor. É criar capacidades para uma transgressão que seja crítica e que seja sedenta de uma alternativa justa.

Ao longo da história, as várias visões de cidadania foram tendo muitas coisas em comum, nomeadamente a inquietação dos homens e das mulheres, consoante o espaço de liberdade que conquistaram em cada tempo histórico, para encontrarem caminhos de maior dignidade, de maior decência, de maior justiça, de maior coesão social. Este tema é importante porque justamente nos desafia a ir à procura das "verdades mentirosas". Refiro duas: uma é a referência de paz; outra é a referência de direitos.

Começemos pela paz. O título do grande romance de Tolstói - "Guerra e Paz" - utiliza uma dicotomia empobrecedora: a paz como o oposto da guerra. A ideia de que a paz é, mais que tudo, a ausência de guerra, ou a ausência de turbulência social que conduz à guerra, no sentido tradicional, ou à guerra, no seu sentido mais amplo, é de facto uma ideia pobre. A noção tradicional e dominante de paz é essa de "silêncio das armas" - quietude versus turbulência. Tomemos

como exemplo a área da medicina. Esse risco essencial de limitação analítica começou, a partir de meados dos anos 70, a ser contrariado no plano intelectual, académico, de ativismo social e político na Europa, nos Estados Unidos e um pouco por todo o lado. O risco é o de classificarmos como paz situações que são de uma violência extraordinária. Nesta dicotomia entre guerra e paz, a tendência perigosa é a de que se classifique como paz uma situação que, em várias escalas de experiência social, são de uma carga de violência extraordinária.

Em vez de guerra ou paz, eu estou a sugerir que pensemos em termos de paz ou violências. Em bom rigor, a paz tem muitas guerras lá dentro - a mulher que é vítima de violência doméstica, haja guerra ou haja paz, vive uma situação terrível. A partir dos anos 70, gerou-se uma forma de pensar que, embora limitada, nos sugere três categorias de violência que se articulam entre si. À primeira chamaríamos violência direta ou violência física, que é aquela que tem rosto e tem expressão óbvia. Vem depois a violência estrutural. De que estamos a falar? Dizem alguns autores que se trata de tudo aquilo que se traduz em funcionamento normal de uma certa sociedade, mas que gera, nesse seu automatismo, condições de limitação da realização das pessoas. A realidade da exploração pode ser tida como normal mas é evidente que ela gera formas de limitação severíssimas da capacidade de realização de algumas pessoas e não de outras pessoas. São formas de violência brutal que resultam do modo normal de funcionamento de uma certa sociedade. Isto é, temos um funcionamento normal de uma sociedade que gera formas de violência, gera limitações severíssimas na capacidade de realização das pessoas. Já a terceira categoria é a de violência cultural que se refere a certos dispositivos (a linguagem, a religião, a arte) que têm, assumida ou não assumidamente, como resultado naturalizar as outras formas de violência.

Pensar as coisas a partir do desafio da pluralidade das violências obriga-nos a conceber a paz como um programa muitíssimo mais amplo, exigente, de transformação social profunda e, assim, educar para a paz, de repente, deixou de ser educar para a concórdia. Estamos acostumados a incluir prioritariamente na educação para a paz a aprendizagem técnicas de resolução de conflitos, de técnicas de mediação, de técnicas de compreensão da especificidade cultural do outro para com ele podermos dialogar.

Tudo isso é muito importante, seguramente. Mas o problema é que entender assim a educação para a paz, como forma de educar para a cidadania, é esquecer uma coisa essencial: que educar para a paz só pode ser educar para o combate às violências. E combater as violências deixou de ser combater apenas a violência física e tem que ser evidentemente combater as violências estrutural e cultural. E mais ainda, educar para este entendimento amplo da paz é educar pessoas a terem a sensibilidade para perceberem, para detetarem espontaneamente aquilo que são sinais, que porventura não passam nos media, que porventura não são socialmente consensuais.

A segunda verdade mentirosa é a da cidadania como exercício legal e ordeiro dos direitos das pessoas. Devo começar por dizer, com toda a clareza, que essa dimensão é uma das mais importantes da cidadania. O problema é que essa verdade esconde uma mentira terrível. A verdade é que para chegarmos aos direitos houve que romper com a ordem estabelecida. Não há nenhum direito que tenha sido consagrado nas constituições, nas leis, nos discursos, na ordem estabelecida, que não tenha sido espoliado pela desobediência. Neste sentido, educar para os direitos implica educar para a consciência de que, em muitas circunstâncias, há que romper com a lei, há que romper com a ordem, com todas as consequências que daí advêm.

Ao longo da história, o caminho para chegar aos direitos – como o direito ao salário, o direito a não ser preso sem culpa formada, o direito de pensar livremente, o direito de ter a religião que se quiser ou não ter nenhuma religião) – foi o da inquietação profunda de pessoas que souberam ser coerentes com a consciência de que “isto que nos é dito que é normal, não é normal”. Esses direitos foram sempre conquistados por vidas que se estragaram totalmente, foram estigmatizadas (louco, desviante, histérico, utópico, poeta, terrorista, fundamentalista são os epítetos mais frequentes). Então, educar para os direitos não é educar para conhecer os direitos. É muito importante que todas as pessoas conheçam os direitos consagrados, mas é ainda mais importante que as pessoas tenham em si a capacidade crítica de ler a realidade à sua volta e dizer “isto não está bem”, e com esse “não”, abrirem caminho para conquistas de dignidade e de direitos. Assim, educar para os direitos não é educar para os direitos que existem (isso é apenas uma pequena



Ao longo da sessão, o ator José Castela, da Bonifratres, leu textos de Ryszard Krynicki e Bertold Brecht.

fatia), mas sim educar para a consciência da necessidade das expressões de dignidade e dos direitos. E isso é educar para a instabilidade criativa.

Em suma, penso que educar para a paz é educar para combater as violências e, portanto, é educar para a transformação. E educar para os direitos é educar para a inquietação que há-de conduzir à conquista de direitos. Educar para a cidadania é educar para essa forma de ser de quem está completamente inquieto e insatisfeito e, conseqüentemente, disponível para conquistar mais paz contra as violências e mais direitos contra a indignidade.

Para introduzir esta segunda parte, apresento-vos um outro texto.<sup>3</sup> Falarei sobre educação para a cidadania e não só de cidadania, dos seus conteúdos e dos seus polos de interesse.

Aprendi, ao longo da minha experiência, o peso que têm algumas afirmações de senso comum sobre a educação para a cidadania. A primeira é aquela que diz que a cidadania é uma coisa que está adquirida e, portanto, a educação para a cidadania trata de a transmitir. A segunda afirmação diz que a educação para a cidadania é essencial por causa da falta de civismo das novas gerações. Para o senso comum, os jovens de hoje são muito mais indisciplinados do que os que já foram jovens, não têm nenhuma perspetiva sobre a história e, sobretudo, são completamente ignorantes sobre as regras da cidadania democrática. O discurso de senso comum tem esta matriz pesada - os jovens de hoje são uma desgraça (é por isso que, como sugere ironicamente o poema, é precisa a formação moral dos peixinhos, é precisa a formação cívica, moral, cognitiva, etc. dos peixinhos porque estes estão uma lástima). Ora, esta construção do senso comum tem vários problemas.

*Educar para a cidadania  
é educar para essa  
forma de ser de  
quem está completamente  
inquieto e insatisfeito e,  
conseqüentemente,  
disponível para  
conquistar mais paz  
contra as violências  
e mais direitos  
contra a indignidade.*

<sup>3</sup>“Se os tubarões fossem homens”, texto de Bertold Brecht.

*Aprendi ao longo da minha experiência o peso que têm algumas afirmações de senso comum sobre a educação para a cidadania.*

O primeiro é que esse discurso tem sempre latente a ideia de um passado fantástico que nunca lá esteve (neste caso, a ficção de que, no passado, os jovens eram uns sábios, eram a riqueza das nossas vidas). Outra dimensão deste discurso (que entre os professores é muito normal) é remeter em demasia para o campo cognitivo: no fundo, os jovens são uma lástima porque não têm conhecimentos, pelo que a tarefa de transmissão de conhecimentos é decisiva. Os jovens estão uma lástima porque não sabem e, se não sabem, há que preencher o vazio com o conhecimento. Então, é esta ideia da educação para a cidadania: é uma resposta à degradação da qualidade da juventude, é, sobretudo, transmitir conhecimentos que estão adquiridos e ponto final. No fundo, parte-se de uma noção de cidadania normalizante, uma noção de cidadania que não está em transformação e que não é transformadora. Como a cidadania é vista como uma “coisa” que nós temos como referência e que os jovens não têm, então se eles não têm, eu tenho que lhes transmitir a minha noção, os meus parâmetros, ou os da minha geração. Portanto, não é educar para a transformação, mas sim para a conservação dum certo modelo, duma certa referência, duma certa experiência de cidadania. E, além do mais, esta aposta total, ou quase total, no campo cognitivo acarreta uma demissão de investir noutros campos de formação, seja a dimensão social, a dimensão ética ou a dimensão emocional.

A terceira afirmação de senso comum é a de que a escola é o sítio da educação para a cidadania. É o discurso de que a educação para a cidadania deve ter um lugar e um programa curricular. É, em minha opinião, uma ideia duplamente perversa. Primeiro, porque exige à escola aquilo que a sociedade se demite de fazer. A sociedade vai tratando de outras coisas, contrárias àquilo que está a exigir, ou seja, trata de competição, de agressividade social, de fechamento cultural, de hierarquização desdignificadora. A sobrecarga sobre a escola leva à demissão de todos os lugares sociais onde a questão da cidadania se joga. Isto porque, na verdade, a cidadania joga-se na rua, no jornal, na praça, no café, no centro de saúde, na câmara municipal e na associação lá do bairro, nas conversas banais... No fundo, o que está em jogo é

esta prática que esvazia de um lado para sobrecarregar do outro. A escola é olhada com uma espécie de depósito social de seres tidos como inertes, os quais há que formatar para serem bons cidadãos, enquanto fora dos muros da escola fazem a vida normal.

Muitos/as de nós ainda somos de gerações que tiveram no ensino secundário uma disciplina chamada Organização Política e Administrativa da Nação. Traduzia-se num conjunto de conceitos que eram transmitidos aos jovens estudantes sobre o que é que era ser um cidadão exemplar durante o Estado Novo. Ora, há em meu entender um risco grande de transformar a educação para a cidadania numa espécie de OPAN para democratas. Esse risco resulta da tentativa de, seja em que setor de ensino for (básico, secundário, superior, etc.), reduzir esta preocupação com a educação para a cidadania a um conjunto standardizado de conceitos, de comandos, de referências jurídico-políticas. No fundo, o risco de transformar esta preocupação na fixação de um modelo de cidadania tida como padrão e de o assumir como aquilo que há que transmitir. E é evidente que o nosso dia a dia estimula a facilidade com que aceitamos a redução daquilo que é algo, de facto, muito exigente a produtos pré-fabricados para venda fácil e para consumo rápido. Logo, creio que o risco de adotar uma abordagem normalizada, estereotipada e “organizadinha” é grande. Tenho bem a noção de que a tarefa de quem assume a educação para a cidadania como uma educação para a instabilidade transformadora é uma tarefa gigantesca. Porventura, nenhum/a de nós tem capacidade ou disponibilidade para levar isso até às últimas consequências, mas acredito que a nossa vocação de professores/as emerge quando nos sentimos a fazer isso.

Dizendo-o de outro modo: tenho estado a falar de educação na cidadania e não para a cidadania. Ora, educar na cidadania significa que nos desafiámos a nós próprios/as a assumir por inteiro o dever de não ficarmos parados/as quando ao nosso lado há tanto para transformar.

*Educar na cidadania significa que nos desafiámos a nós próprios/as a assumir por inteiro o dever de não ficarmos parados/as quando ao nosso lado há tanto para transformar.*